

**RODOLFO KRONENBERG HARTMANN**

**CURSO COMPLETO DO  
NOVO  
PROCESSO CIVIL**

Prefácio do Ministro Luiz Fux

**7ª edição, revista e atualizada pela Lei nº 13.994/2020**

- ✓ Teoria geral do processo
- ✓ Processo de conhecimento
- ✓ Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e voluntária
- ✓ Cumprimento de sentença e execução
- ✓ Recursos cíveis, ações autônomas e incidentes nos tribunais
- ✓ As disposições finais do NCPC
- ✓ Juizados Especiais e a teoria geral do processo coletivo



Niterói, RJ

2021



© 2021, Editora Impetus Ltda.

**Editora Impetus Ltda.**

Rua Alexandre Moura, 51 – Gragoatá – Niterói – RJ

CEP: 24210-200 – Telefax: (21) 2621-7007

**CONSELHO EDITORIAL:**

ANA PAULA CALDEIRA • BENJAMIN CESAR DE AZEVEDO COSTA  
CELSO JORGE FERNANDES BELMIRO • ED LUIZ FERRARI • EUGÊNIO ROSA DE ARAÚJO  
FÁBIO ZAMBITTE IBRAHIM • FERNANDA PONTES PIMENTEL  
IZEQUIAS ESTEVAM DOS SANTOS • MARCELO LEONARDO TAVARES  
RENATO MONTEIRO DE AQUINO • ROGÉRIO GRECO  
VÍTOR MARCELO ARANHA AFONSO RODRIGUES • WILLIAM DOUGLAS

PROJETO GRÁFICO: SBNIGRI ARTES E TEXTOS LTDA. | EDITORA IMPETUS LTDA.

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA: SBNIGRI ARTES E TEXTOS LTDA.

CAPA: EDITORA IMPETUS LTDA.

REVISÃO DE PORTUGUÊS: CARMEM BECKER

IMPRESSÃO E ENCADERNAÇÃO: EDITORA E GRÁFICA VOZES LTDA.

Data de fechamento da edição: 08/03/2021

---

---

H333c

Hartmann, Rodolfo Kronenberg

Curso completo do novo processo civil 7. ed / Rodolfo  
Kronenberg Hartmann. – Niterói, RJ: Impetus, 2021.

888 p.; 17 x 24 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-86044-22-5

1. Processo civil – Brasil. I. Título.

CDD – 347.8105

---

---

**O autor é seu professor; respeite-o: não faça cópia ilegal.**

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução, salvo pequenos trechos, mencionando-se a fonte. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime (art. 184 do Código Penal). Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Decreto nº 1.825, de 20/12/1907.

A Editora Impetus informa que quaisquer vícios do produto concernentes aos conceitos doutrinários, às concepções ideológicas, às referências, à originalidade e à atualização da obra são de total responsabilidade do autor/atualizador.

# SUMÁRIO

## PARTE I – TEORIA GERAL DO PROCESSO

<b>Capítulo 1 – Denominação, relações do direito processual com outros ramos do direito e sua divisão</b> .....	<b>3</b>
1.1. Denominação.....	3
1.2. Relações do Direito Processual com outros ramos do Direito.....	3
1.3. Divisão do direito processual: a teoria geral do processo civil, penal e do trabalho.....	4
<b>Capítulo 2 – Normas jurídicas processuais</b> .....	<b>6</b>
2.1. Fontes normativas do Direito Processual Civil.....	6
2.1.1. Princípios.....	9
2.1.1.1. Princípios constitucionais.....	10
2.1.1.1.1. Princípio do devido processo legal.....	10
2.1.1.1.2. Princípio que garante o livre acesso à Justiça.....	11
2.1.1.1.3. Princípio do juiz natural.....	13
2.1.1.1.4. Princípio da motivação das decisões judiciais.....	13
2.1.1.1.5. Princípio da isonomia.....	15
2.1.1.1.6. Princípio do contraditório e da ampla defesa.....	16
2.1.1.1.7. Princípio da duração razoável do processo.....	19
2.1.1.2. Princípios gerais de direito.....	21
2.1.2. Regras jurídicas.....	21
2.1.2.1. As normas fundamentais do CPC.....	22
2.2. Interpretação das normas jurídicas de direito processual civil.....	23
2.3. Lei processual no tempo e no espaço.....	24
<b>Capítulo 3 – Jurisdição</b> .....	<b>28</b>
3.1. Introdução.....	28
3.2. Características da jurisdição.....	29

3.2.1.	Princípio da congruência, da correlação ou da adstrição .....	30
3.3.	Espécies de jurisdição .....	31
3.3.1.	Jurisdição penal ou não penal .....	31
3.3.2.	Jurisdição de instância superior ou inferior.....	31
3.3.3.	Jurisdição comum ou especial .....	31
3.3.4.	Jurisdição de direito ou de equidade .....	32
3.3.5.	Jurisdição contenciosa ou voluntária .....	32
3.4.	Equivalentes jurisdicionais.....	34
3.4.1.	Autotutela, autocomposição, conciliação e mediação .....	34
3.4.2.	A arbitragem.....	35
3.4.2.1.	Introdução.....	35
3.4.2.2.	Convenção de arbitragem, cláusula compromissória e compromisso arbitral .....	36
3.4.2.3.	O árbitro.....	38
3.4.2.4.	O procedimento arbitral.....	38
3.4.2.5.	Homologação de sentença arbitral estrangeira.....	41
<b>Capítulo 4 – Competência e estrutura do Poder Judiciário .....</b>		<b>42</b>
4.1.	Conceito e natureza jurídica .....	42
4.2.	Princípios reitores .....	43
4.2.1.	Princípio da <i>perpetuatio jurisdictionis</i> .....	44
4.2.2.	Princípio da competência sobre a competência .....	44
4.3.	Crterios para identificar o órgão jurisdicional competente .....	44
4.3.1.	Jurisdição interna e internacional .....	46
4.3.1.1.	Jurisdição interna e a presença de um Estado estrangeiro ou organismo internacional em um dos polos da relação jurídica processual .....	48
4.3.1.2.	Jurisdição interna e a homologação de decisão estrangeira .....	50
4.3.1.2.1.	Introdução .....	50
4.3.1.2.2.	Casuística envolvendo idênticas ações no Brasil e no Exterior .....	50
4.3.1.2.3.	Atos que podem ser homologados .....	51
4.3.1.2.4.	Procedimento .....	52
4.3.1.2.5.	A decisão homologatória.....	53
4.3.1.2.6.	A execução da decisão que homologou a decisão estrangeira .....	54
4.3.2.	Competência de Justiça .....	55
4.3.2.1.	Justiça Federal.....	55
4.3.2.2.	Justiça do Trabalho .....	61
4.3.2.3.	Justiça Eleitoral .....	62
4.3.2.4.	Justiça Militar.....	63
4.3.2.5.	Justiça Estadual.....	63

4.3.2.5.1.	Hipóteses de delegação da competência da Justiça Federal em prol da Justiça Estadual .....	64
4.4.	Competência absoluta, relativa e concorrente .....	65
4.5.	Regras pormenorizadas sobre a competência.....	68
4.6.	Questões pontuais sobre a competência .....	68
4.6.1.	Possibilidade de pronunciar a incompetência relativa de ofício em cláusula abusiva de eleição de foro .....	68
4.6.2.	Opção entre o Juízo Cível Estadual e o Juizado Especial Estadual.....	70
4.6.3.	Opção entre o Juízo Cível Federal e o Juizado Especial Federal, bem como entre o Juízo Fazendário Estadual e o Juizado Especial Fazendário Estadual.....	71
4.6.4.	Competência do Juízo Regional .....	72
4.7.	Causas de modificação da competência: conexão e continência.....	72
4.7.1.	REUNIÃO DE PROCESSOS E O ART. 55, § 3º .....	76
4.8.	Conflito de competência.....	77
<b>Capítulo 5 – Ação .....</b>	<b>80</b>	
5.1.	Conceito e considerações iniciais.....	80
5.2.	Teorias sobre o direito de ação .....	81
5.3.	As condições da ação .....	82
5.4.	Questões pontuais sobre a teoria eclética e as condições da ação.....	84
5.4.1.	O CPC e a permanência das condições da ação.....	85
5.4.2.	Consequência da ausência de condições da ação.....	86
5.4.3.	Necessidade ou não de comprovação das condições da ação teoria da asserção.....	86
5.4.4.	A dificuldade em analisar quando se trata da ausência de condição da ação ou quando é o próprio mérito que está sendo enfrentado – crítica à teoria eclética.....	87
5.4.5.	Momento processual adequado para a verificação das condições da ação ..	88
5.4.6.	Preclusão ou não para o magistrado que já analisou a presença das condições da ação .....	89
5.4.7.	Síntese sobre a teoria eclética e as condições da ação .....	91
5.5.	Elementos da ação .....	92
5.6.	Desistência da ação .....	93
5.7.	Concurso e cumulação de ações.....	94
<b>Capítulo 6 – Processo .....</b>	<b>96</b>	
6.1.	Conceito .....	96
6.2.	Natureza jurídica .....	96
6.3.	Objeto do processo civil, penal e do trabalho .....	98
6.4.	Pressupostos processuais.....	99
6.4.1.	Pressupostos processuais de existência .....	100

6.4.2.	Pressupostos processuais de validade ou de desenvolvimento.....	101
6.4.2.1.	Capacidade processual.....	101
6.4.3.	Pressupostos processuais negativos .....	104
6.5.	Espécies de processo .....	104
6.6.	Estabilização subjetiva e objetiva do processo .....	106
6.7.	Causas de suspensão e de extinção do processo.....	106
6.8.	Processos estruturais: breves considerações.....	108
<b>Capítulo 7 – Tutela jurisdicional .....</b>	<b>110</b>	
7.1.	Introdução .....	110
7.2.	Classificação quanto ao objetivo do demandante tutelas materiais.....	111
7.2.1.	Tutelas declaratórias, constitutivas e condenatórias .....	111
7.2.2.	Tutela satisfativa ressarcitória.....	111
7.2.3.	Tutela satisfativa inibitória.....	112
7.2.4.	Tutela cautelar (não satisfativa).....	113
7.3.	Classificação quanto ao gerenciamento do processo pelo magistrado – tutelas processuais .....	114
7.3.1.	Tutela de evidência definitiva .....	114
7.3.1.1.	Improcedência liminar .....	115
7.3.1.2.	Julgamento antecipado do mérito .....	115
7.3.1.3.	Julgamento antecipado parcial do mérito .....	115
7.3.2.	A tutela provisória .....	117
7.3.2.1.	Introdução.....	117
7.3.2.2.	Classificação das tutelas provisórias.....	118
7.3.2.2.1.	Classificação das tutelas provisórias quanto ao momento em que foram requeridas: antecedente ou incidental .....	118
7.3.2.2.2.	Classificação das tutelas provisórias quanto à sua justificativa: de urgência ou de evidência.....	119
7.3.2.3.	Distinção entre tutela provisória de urgência antecipada (satisfativa) e cautelar (não satisfativa) .....	119
7.3.2.4.	Requisitos para a concessão da tutela provisória de urgência .....	120
7.3.2.5.	Concessão e revogação das tutelas provisórias de urgência.....	123
7.3.2.5.1.	Necessidade de requerimento para a concessão das tutelas provisórias de urgência .....	123
7.3.2.5.2.	Concessão das tutelas provisórias de urgência em caráter <i>inaudita altera parte</i> .....	123
7.3.2.5.3.	Momento para a concessão e a possibilidade de tutela provisória de urgência antecipada na própria sentença .....	124
7.3.2.5.4.	Revogação das tutelas provisórias de urgência .....	125
7.3.2.6.	A tutela provisória no procedimento comum e especial.....	126

7.3.2.6.1.	A tutela provisória de urgência antecipada no procedimento comum (art. 303 – art. 304).....	126
7.3.2.6.2.	A tutela provisória de urgência nos procedimentos especiais.....	129
7.3.2.6.3.	A tutela provisória de urgência no contexto do sistema dos Juizados Especiais .....	129
7.3.2.6.4.	Restrição à concessão da tutela provisória de urgência antecipada .....	130
7.3.2.7.	A tutela provisória de urgência cautelar no procedimento comum (art. 305 – art. 310).....	133
7.3.2.8.	A tutela provisória de evidência (art. 311).....	134
7.3.3.	A Tutela específica .....	136
7.4.	Fluxogramas .....	137
<b>Capítulo 8 – Sujeitos do processo .....</b>		<b>139</b>
8.1.	O Magistrado.....	139
8.1.1.	Introdução .....	139
8.1.2.	Neutralidade e imparcialidade do magistrado.....	139
8.1.3.	Impedimento e suspeição do magistrado. Forma de Arguição.....	140
8.1.4.	Poderes e deveres do magistrado .....	143
8.2.	Partes principais e partes secundárias .....	145
8.2.1.	Sucessão processual .....	146
8.2.2.	Substituição processual .....	147
8.2.3.	A gratuidade de Justiça .....	148
8.3.	O Ministério Público e a sua atuação processual.....	150
8.3.1.	Ato processual praticado por promotor <i>ad hoc</i> .....	152
8.3.2.	Ausência de intimação do membro do Ministério Público para atuar como fiscal da ordem jurídica.....	153
8.4.	A advocacia privada e a sua atuação processual.....	155
8.4.1.	Ato processual despido de assinatura do advogado ou quando este não possui procuração nos autos .....	157
8.4.2.	Deveres das partes e colaboração processual.....	157
8.5.	A advocacia pública e a sua atuação processual .....	158
8.6.	A defensoria pública e a sua atuação processual .....	159
<b>Capítulo 9 – Litisconsórcio .....</b>		<b>161</b>
9.1.	Introdução e classificação .....	161
9.1.1.	Quanto ao polo processual: ativo, passivo e misto .....	162
9.1.2.	Quanto ao momento de formação: originário e superveniente.....	162
9.1.3.	Quanto à obrigatoriedade ou não de formação: necessário e facultativo ....	162
9.1.4.	Quanto à interdependência de atuação dos litisconsortes: unitário e simples ou comum.....	163
9.1.5.	Litisconsórcio multitudinário .....	165

9.2.	Questões pontuais sobre o litisconsórcio necessário e facultativo .....	167
9.2.1.	Possibilidade ou não de inclusão, pelo magistrado, de litisconsorte necessário ausente .....	167
9.2.2.	Consequência processual quando o magistrado percebe a ausência de litisconsorte necessário ao processo .....	167
9.2.3.	Possibilidade ou não da formação de um litisconsórcio ativo necessário ....	168
9.2.4.	Possibilidade ou não de admissão de um litisconsórcio ativo, superveniente e facultativo.....	169
9.3.	Tratamento processual reservado aos litisconsortes .....	169

## **Capítulo 10 – Intervenção de terceiros..... 171**

10.1.	Modalidades de intervenção de terceiros .....	171
10.1.1.	Assistência simples .....	171
10.1.1.1.	Procedimento para ingresso do assistente simples e sua postura processual .....	174
10.1.2.	Assistência litisconsorcial .....	176
10.1.3.	Denúnciação da Lide .....	177
10.1.3.1.	Introdução.....	177
10.1.3.2.	Denúnciação da lide como ação regressiva autônoma.....	177
10.1.3.3.	Denúnciação da lide em regime de litisconsórcio.....	178
10.1.3.4.	Competência.....	180
10.1.3.5.	Legitimados para oferecimento da denúnciação da lide .....	181
10.1.3.6.	Processos e procedimentos que admitem a denúnciação da lide..	181
10.1.3.7.	Hipóteses de cabimento.....	182
10.1.3.7.1.	Denúnciação da lide realizada pelo Estado em desfavor do seu agente público .....	184
10.1.3.8.	Processamento da denúnciação da lide .....	185
10.1.3.8.1.	Sentença julgando procedente o pedido originário e também aquele formulado na denúnciação da lide.....	186
10.1.3.8.2.	Sentença julgando procedente o pedido originário e improcedente aquele formulado na denúnciação da lide.....	186
10.1.3.8.3.	Sentença julgando improcedente o pedido originário e reflexo para a denúnciação da lide.....	186
10.1.3.9.	Denúnciação da lide sucessiva e <i>per saltum</i> .....	188
10.1.4.	Chamamento ao processo .....	189
10.1.4.1.	Chamamento ao processo e o art. 1.698 do CC .....	192
10.1.5.	Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica .....	193
10.1.6.	<i>Amicus curiae</i> .....	195
10.1.7.	Recurso interposto por terceiro.....	199
10.1.8.	Outras participações de terceiros no processo.....	201



10.1.8.1. Intervenção anômala (art. 5º, Lei nº 9.469/97) .....	201
10.1.8.2. Arguição por preferência (art. 908) .....	202

## **Capítulo 11 – Atos e negócios processuais ..... 204**

11.1. Introdução .....	204
11.2. Princípios .....	205
11.2.1. Princípio da liberdade de forma dos atos processuais .....	205
11.2.2. Princípio da documentação .....	205
11.2.3. Princípio da publicidade.....	206
11.3. Atos processuais praticados pelo magistrado, serventuários e pelas partes.....	207
11.3.1. Atos praticados pelo magistrado e pelos serventuários.....	207
11.3.2. Atos praticados pelas partes.....	209
11.4. Forma dos atos processuais.....	209
11.4.1. Tempo para a prática dos atos processuais .....	209
11.4.2. Do lugar para a prática dos atos processuais .....	210
11.4.3. Prazo para a prática dos atos processuais .....	211
11.4.3.1. Consequências processuais em razão da perda de um prazo: contumácia e preclusão .....	212
11.4.3.2. Classificação dos prazos.....	214
11.4.3.2.1. Prazos legais, convencionais e judiciais .....	214
11.4.3.2.2. Prazos comuns e particulares .....	214
11.4.3.2.3. Prazos próprios e impróprios .....	215
11.4.3.2.4. Prazos especiais.....	215
11.4.3.2.5. Prazos dilatórios e peremptórios .....	216
11.4.3.3. Contagem dos prazos .....	217
11.4.3.4. Suspensão e interrupção dos prazos .....	220
11.4.4. Atos processuais praticados por meio eletrônico.....	221
11.5. Os Negócios Processuais .....	222
11.5.1. Introdução .....	222
11.5.2. Situações apontadas como passíveis de gerar negócios processuais.....	224
11.5.3. Meios para nulificar os negócios processuais .....	224
11.5.4. Algumas impressões sobre o tema .....	226

## **Capítulo 12 – Vícios dos atos processuais ..... 227**

12.1. Introdução .....	227
12.2. Princípios reitores .....	228
12.2.1. Princípio da instrumentalidade das formas.....	228
12.2.2. Princípio do prejuízo .....	229
12.2.3. Princípio da causalidade.....	229
12.2.4. Princípio do interesse.....	230
12.3. Espécies de vícios processuais .....	231
12.3.1. Inexistência.....	231

12.3.2. Nulidade absoluta e relativa.....	233
12.3.3. Anulabilidade .....	234
12.3.4. Rescindibilidade.....	234
12.3.5. Irregularidade .....	235

## PARTE II – O PROCESSO DE CONHECIMENTO

<b>Capítulo 13 – Processo de conhecimento e o procedimento comum.....</b>	<b>239</b>
13.1. Processo de conhecimento .....	239
13.2. Distinção entre processo e procedimento .....	239
13.3. Procedimentos existentes .....	240
13.4. Indisponibilidade do procedimento .....	241
13.5. O procedimento comum .....	243
13.6. Fluxograma.....	244
<b>Capítulo 14 – Petição inicial.....</b>	<b>245</b>
14.1. Petição inicial: conceito e requisitos .....	245
14.2. Indicação do Juízo ou Tribunal.....	245
14.3. Identificação e qualificação das partes.....	246
14.4. A causa de pedir: os fatos e os fundamentos jurídicos do pedido .....	247
14.5. Pedido.....	249
14.5.1. Pedido implícito .....	251
14.5.2. Pedido genérico .....	252
14.5.3. Questões pontuais sobre o pedido de danos morais.....	253
14.5.3.1. Distinção entre dano moral e dano material .....	253
14.5.3.2. Distinção entre dano moral e dano estético.....	254
14.5.3.3. Distinção entre dano moral e mero aborrecimento.....	254
14.5.3.4. Comprovação dos danos morais .....	255
14.5.3.5. Pedido de danos morais formulado por pessoa jurídica.....	255
14.5.3.6. Pedido de danos morais e incidência ou não de imposto de renda sobre o valor eventualmente recebido pelo demandante....	255
14.5.3.7. Pedido genérico de danos morais.....	255
14.5.3.8. Pedido genérico de danos morais e valor fixado que frustra as expectativas do demandante – interesse em recorrer.....	257
14.5.3.9. Pedido certo e determinado de danos morais: valor inferior ao postulado – fixação da sucumbência .....	258
14.5.3.10. Pedido certo e determinado de danos morais em salários- mínimos .....	259
14.5.3.11. Correção monetária e juros na sentença que julga procedente pedido de danos morais .....	259
14.5.4. Pedido relativo à obrigação indivisível.....	260

14.5.5. Alteração qualitativa ou quantitativa do pedido.....	260
14.5.6. Cumulação de pedidos .....	260
14.6. Indicação do valor da causa .....	264
14.7. Indicação das provas que se pretende produzir .....	264
14.8. Indicação da opção pela realização ou não da audiência de conciliação e mediação .....	265
14.9. Indicação do endereço do patrono e assinatura .....	265
14.10. Requisitos eventuais.....	266
14.11. Forma da petição inicial: escrita e oral.....	266
14.12. Documentos indispensáveis para a propositura da demanda.....	266

## **Capítulo 15 – Propositura da ação e seu juízo inicial: emenda, indeferimento, improcedência liminar ou o despacho liminar de conteúdo**

<b>positivo .....</b>	<b>268</b>
15.1. Distribuição.....	268
15.2. Possibilidade de emenda da petição inicial.....	272
15.3. Indeferimento da petição inicial .....	272
15.4. A improcedência liminar .....	275
15.5. O despacho liminar de conteúdo positivo.....	277

## **Capítulo 16 – Comunicação dos atos processuais..... 278**

16.1. comunicação dos atos processuais.....	278
16.2. Citação .....	278
16.2.1. Teoria da aparência .....	279
16.2.2. Modalidades de citação.....	280
16.2.2.1. Citação pela via postal.....	281
16.2.2.2. Citação por oficial de justiça .....	281
16.2.2.3. Citação pelo escrivão ou chefe de secretaria, se o citando comparecer em cartório .....	282
16.2.2.4. Citação por meio eletrônico .....	282
16.2.2.5. Citação por edital.....	283
16.2.2.6. Citação por hora certa.....	284
16.2.3. Efeitos da citação .....	285
16.2.3.1. A pronúncia da prescrição de ofício pelo magistrado (art. 487, inc. II) .....	286
16.2.4. Consequências processuais da falta ou da nulidade de citação ao processo.....	288
16.3. Intimação .....	289
16.4. As cartas: precatória, de ordem, arbitral e o pedido de cooperação internacional...290	
16.4.1. Carta precatória.....	291
16.4.2. Carta de ordem.....	292
16.4.3. Carta arbitral .....	292

16.4.4. Pedido de cooperação internacional: auxílio direto e carta rogatória .....	293
--	-----

## **Capítulo 17 – Audiência de conciliação e mediação ..... 296**

17.1. Os conciliadores e mediadores .....	296
17.2. A audiência de conciliação e mediação .....	298
17.3. Casuística envolvendo a incompetência do juízo em que audiência será realizada..	299

## **Capítulo 18 – Comportamento do demandado I: reconhecimento do pedido ou inércia ..... 300**

18.1. Comportamento do demandado .....	300
18.2. Reconhecimento da procedência do pedido .....	300
18.3. Ausência de resposta do demandado: revelia.....	301
18.3.1. Efeito material da revelia.....	301
18.3.2. Efeito processual da revelia .....	303
18.3.3. Diferença entre contumácia, revelia e ônus da impugnação especificada da prova .....	303
18.3.4. Questões pontuais sobre a revelia .....	305
18.3.4.1. Revelia em desfavor da Fazenda Pública.....	305
18.3.4.2. Revelia nos embargos a execução.....	305
18.3.4.3. Revelia em procedimentos especiais.....	306

## **Capítulo 19 – Comportamento do demandado II: apresentação de resposta ... 307**

19.1. Resposta do demandado .....	307
19.2. Teses defensivas .....	308
19.2.1. Classificação das teses defensivas quanto à possibilidade de seu reconhecimento de ofício pelo magistrado: objeções e exceções .....	308
19.2.2. Classificação das teses defensivas quanto ao tema: materiais (diretas e indiretas) e processuais (dilatórias e peremptórias).....	308
19.3. Modalidade de resposta: contestação .....	309
19.3.1. Princípio da eventualidade .....	310
19.3.2. Questões prévias na contestação .....	310
19.3.2.1. Questões preliminares e a possibilidade de alterar o polo passivo ..	311
19.3.2.2. Questões prejudiciais .....	312
19.3.3. Conseqüências da apresentação da contestação .....	313
19.4. Modalidade de resposta: reconvenção .....	314
19.4.1. Distinção entre a reconvenção, o pedido contraposto e as ações dúplices ..	315
19.4.2. Processos e procedimentos que admitem a reconvenção .....	317
19.4.3. Procedimento na reconvenção.....	318

## **Capítulo 20 – Providências preliminares ..... 322**

20.1. Providências preliminares.....	322
20.2. Julgamento conforme o estado do processo no sentido da extinção .....	322

20.3.	Julgamento antecipado do mérito .....	323
20.4.	Julgamento antecipado parcial do mérito .....	324
20.5.	O saneamento do processo .....	325
<b>Capítulo 21 – Das provas .....</b>		<b>328</b>
21.1.	Teoria Geral das provas .....	328
21.2.	Classificação das provas .....	329
21.2.1.	Provas típicas e atípicas.....	329
21.2.2.	Provas ilícitas.....	330
21.2.2.1.	Vedação do uso da prova ilícita por derivação no processo .....	330
21.2.2.2.	Uso excepcional de prova ilícita para fundamentar ato decisório.....	330
21.2.3.	Prova indiciária .....	331
21.2.4.	Prova emprestada.....	332
21.2.5.	Prova de fora da terra.....	333
21.2.6.	Prova diabólica .....	333
21.3.	Objeto da prova .....	333
21.4.	Fatos que independem de prova.....	334
21.5.	Etapas para a produção da prova .....	336
21.6.	Critérios para a valoração da prova.....	337
21.7.	Ônus da prova e ônus financeiro da prova .....	338
21.8.	Provas em espécie .....	342
21.8.1.	Produção antecipada de provas.....	342
21.8.2.	Ata notarial.....	343
21.8.3.	Depoimento pessoal .....	343
21.8.4.	Confissão .....	344
21.8.5.	Exibição de documento ou coisa.....	346
21.8.6.	Prova documental .....	347
21.8.6.1.	Arguição de falsidade do documento.....	348
21.8.7.	Documentos eletrônicos .....	349
21.8.8.	Prova testemunhal.....	349
21.8.8.1.	Incidente de recusa de prova testemunhal.....	353
21.8.9.	Prova pericial.....	354
21.8.10.	Inspeção judicial.....	356
21.8.11.	Interceptação de dados telemáticos e uso desta prova no processo civil .....	357
<b>Capítulo 22 – Audiência de instrução e julgamento.....</b>		<b>360</b>
22.1.	Audiência de instrução e julgamento .....	360
22.2.	Princípios informativos da AIJ .....	360
22.2.1.	Princípio da publicidade.....	361
22.2.2.	Princípio da concentração .....	361
22.2.3.	Princípio da oralidade.....	361
22.2.4.	Princípio da imediatividade .....	361

22.2.5. Princípio da identidade física do juiz .....	362
22.3. Estrutura: abertura, conciliação, instrução, debates orais, sentença e recursos.....	363
<b>Capítulo 23 – Sentença .....</b>	<b>366</b>
23.1. Sentença.....	366
23.2. Fundamentos da sentença: art. 485 e art.487.....	367
23.2.1. Princípio da primazia da resolução do mérito.....	371
23.3. Espécies de sentença .....	372
23.3.1. Classificação das sentenças quanto às suas consequências: terminativas e definitivas.....	372
23.3.2. Classificação das sentenças quanto ao seu conteúdo: declaratórias, constitutivas, condenatórias, executivas <i>lato sensu</i> e mandamentais.....	373
23.3.3. Sentenças determinativas .....	377
23.4. Estrutura da sentença.....	377
23.5. Fixação da sucumbência: honorários e custas .....	380
23.5.1. Critérios para a fixação da sucumbência .....	381
23.5.2. A fixação da sucumbência à luz do art. 85 do CPC .....	383
23.5.3. Sucumbência na cumulação subjetiva de ações (litisconsórcio) .....	385
23.5.4. Sucumbência na cumulação objetiva de ações (cumulação de pedidos) .....	386
23.5.5. Sucumbência em demandas relativas a dano moral .....	387
23.5.6. Sucumbência e gratuidade de justiça .....	387
23.5.7. Sucumbência no mandado de segurança, na reclamação e <i>habeas data</i> .....	387
23.5.8. Sucumbência na ação civil pública .....	388
23.5.9. Sucumbência na ação popular.....	389
23.5.10. Sucumbência nas causas em que atua a Defensoria Pública .....	389
23.5.11. Sucumbência fixada em sede recursal .....	389
23.6. Vícios na sentença.....	390
23.6.1. Sentença <i>ultra, extra e citra petita</i> .....	390
23.6.2. Sentença condicional.....	392
23.7. Correção da sentença.....	394
23.8. Sentença e a constituição de hipoteca judiciária .....	395
23.9. Sentença levada a protesto.....	395
<b>Capítulo 24 – A coisa julgada .....</b>	<b>396</b>
24.1. Introdução, desenvolvimento histórico e definição.....	396
24.2. Cognição exercida e atos que podem gerar coisa julgada .....	398
24.3. Distinção entre coisa julgada, preclusão e estabilidade da decisão .....	400
24.4. Classificação da coisa julgada .....	402
24.4.1. Coisa julgada formal, material e soberanamente julgada .....	403
24.4.2. Coisa julgada <i>pro et contra</i> .....	403
24.5. Limites subjetivos da coisa julgada.....	403
24.6. Limites objetivos da coisa julgada e o art. 503, § 1º .....	406

24.7. Efeitos da coisa julgada: vinculativo, sanatório e preclusivo.....	408
24.8. Questões pontuais sobre a coisa julgada.....	409
24.8.1. A coisa julgada no mandado de segurança .....	410
24.8.2. A coisa julgada nas sentenças determinativas.....	411
24.8.3. A relativização da coisa julgada .....	412
24.8.3.1. Relativização da coisa julgada nas ações de desapropriação.....	413
24.8.3.2. Relativização da coisa julgada nas ações de estado .....	413
24.8.4. A coisa julgada inconstitucional .....	415

### PARTE III – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA E VOLUNTÁRIA

#### **Capítulo 25 – Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e voluntária... 419**

25.1. Introdução .....	419
25.2. Consignação em pagamento .....	420
25.3. Ação de exigir contas .....	424
25.4. ações possessórias .....	426
25.5. Ação de divisão e de demarcação de terras particulares .....	430
25.6. Dissolução parcial de sociedade .....	431
25.7. Inventário e partilha .....	432
25.8. Embargos de terceiros .....	436
25.9. Oposição.....	439
25.10. Habilitação .....	440
25.11. Ações de família .....	441
25.12. Ação monitória .....	442
25.13. Homologação de penhor legal .....	446
25.14. Regulação de avaria grossa .....	447
25.15. Restauração de autos .....	448
25.16. Fluxogramas .....	448

#### **Capítulo 26 – Procedimentos especiais de jurisdição voluntária..... 457**

26.1. Introdução .....	457
26.2. Notificação e interpelação.....	459
26.3. Alienação judicial .....	459
26.4. Do divórcio e da separação consensuais, da extinção consensual de união estável e da alteração do regime de bens do matrimônio.....	459
26.5. Testamento e codicilo .....	461
26.6. Herança jacente.....	462
26.7. Bens dos ausentes .....	463
26.8. Coisas vagas.....	463
26.9. Interdição .....	463
26.10. Organização e fiscalização das fundações.....	465

26.11. Ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis formados a bordo .....	465
---	-----

## PARTE IV – A EXECUÇÃO CIVIL

<b>Capítulo 27 – Teoria geral da execução.....</b>	<b>469</b>
27.1. Conceito de execução e o seu mérito .....	469
27.2. Unidade de processo e dualidade de ação.....	470
27.3. Características da execução.....	471
27.3.1. Substitutividade.....	471
27.3.2. Definitividade .....	472
27.3.3. Subsidiariedade .....	473
27.4. Princípios da execução .....	473
27.4.1. Princípio da disponibilidade ou do desfecho único.....	473
27.4.2. Princípio do menor sacrifício do executado .....	473
27.4.3. Princípio da realidade ou patrimonialidade .....	474
27.4.4. Princípio da tipicidade .....	474
27.5. Espécies de execução .....	475
27.5.1. Procedimentos executivos existentes.....	475
27.5.2. Execução provisória e definitiva .....	475
27.5.3. Execução completa e incompleta.....	478
<b>Capítulo 28 – Competência na execução.....</b>	<b>479</b>
28.1. Competência para a execução .....	479
28.2. Situações excepcionais envolvendo a competência na execução .....	480
28.3. Competência para o processamento e julgamento dos embargos e da impugnação ..	482
<b>Capítulo 29 – Partes e responsabilidade patrimonial.....</b>	<b>483</b>
29.1. Partes principais na execução.....	483
29.2. Litisconsórcio na execução .....	484
29.3. Intervenção de terceiros na execução .....	485
29.4. Estabilidade subjetiva e objetiva na execução .....	487
29.5. Responsabilidade patrimonial primária e secundária .....	488
29.6. Situações em que o executado responde com bens que não mais integram o seu patrimônio.....	490
29.6.1. Fraude de execução .....	490
29.6.2. Fraude a credores .....	493
<b>Capítulo 30 – O título executivo .....</b>	<b>495</b>
30.1. Pressuposto da execução: o título executivo .....	495
30.2. Classificação dos títulos executivos.....	496
30.2.1. Títulos executivos judiciais .....	496



30.2.2. Títulos executivos extrajudiciais .....	500
30.3. Requisitos: certeza, liquidez e exigibilidade da obrigação constante no título .....	502
30.4. A liquidação da sentença.....	502
30.4.1. A liquidação da sentença penal e daquela proferida em processo coletivo.....	504
<b>Capítulo 31 – Procedimento comum para obrigação de pagar .....</b>	<b>506</b>
31.1. Procedimento específico para obrigação de pagar constante em título judicial .....	506
31.1.1. Introdução .....	506
31.1.2. Requerimento .....	506
31.1.3. Deferimento da execução: interrupção da prescrição .....	507
31.1.4. A multa de 10% (art. 523, § 1º) .....	508
31.1.5. Fixação de honorários advocatícios .....	510
31.1.6. Cumprimento do mandado de penhora e avaliação. Incompatibilidade do arresto (art. 830).....	511
31.1.7. Necessidade ou não de garantia prévia do juízo para o oferecimento da Impugnação.....	511
31.1.8. A impugnação .....	512
31.1.8.1. Natureza jurídica.....	512
31.1.8.2. Diferença entre a impugnação e os embargos .....	512
31.1.8.3. Procedimento na impugnação.....	513
31.1.8.4. Inexigibilidade do título fundado em ato normativo declarado inconstitucional .....	514
31.1.8.5. Decisão da impugnação e recurso.....	516
31.1.9. Fim da execução .....	516
31.2. Procedimento específico para obrigação de pagar constante em título extrajudicial...516	516
31.2.1. Introdução .....	516
31.2.2. Petição inicial, título executivo e planilha.....	517
31.2.3. Deferimento da execução. Interrupção da prescrição .....	518
31.2.4. Fixação de honorários.....	519
31.2.5. Citação. Arresto (art. 830) .....	520
31.2.6. Parcelamento ou moratória legal.....	521
31.2.7. Embargos à execução .....	522
31.2.7.1. Prazo para oferecimento dos embargos.....	523
31.2.7.2. Efeito suspensivo nos embargos .....	524
31.2.7.3. Dispensa de garantia para admissão dos embargos .....	525
31.2.8. Exceção de pré-executividade.....	525
31.2.9. Procedimento nos embargos .....	527
31.2.10. Fim da execução .....	529
31.3. Procedimento comum para obrigação de pagar constante em título judicial e extrajudicial: penhora .....	529
31.3.1. Conceito e natureza jurídica da penhora .....	529
31.3.2. Nomeação dos bens .....	530

31.3.3. Objeto da penhora e possibilidade de renúncia às regras de impenhorabilidade absoluta .....	531
31.3.4. Bens absolutamente e relativamente impenhoráveis.....	533
31.3.5. Efeitos da penhora.....	534
31.3.6. Modificações da penhora .....	535
31.3.7. Depositário dos bens penhorados.....	535
31.3.8. Modalidades de penhora .....	536
31.3.8.1. Penhora em dinheiro ou depósito em instituição financeira (penhora <i>on-line</i> ) .....	536
31.3.8.2. Penhora de créditos.....	537
31.3.8.3. Penhora das quotas ou das ações de sociedades personificadas ..	538
31.3.8.4. Penhora de empresa, de outros estabelecimentos e de semoventes .....	538
31.3.8.5. Penhora de percentual de faturamento de empresa.....	538
31.4. Procedimento comum para obrigação de pagar constante em título judicial e extrajudicial: etapa expropriatória .....	539
31.4.1. Introdução .....	539
31.4.2. Adjudicação.....	540
31.4.3. Alienação por iniciativa particular .....	541
31.4.4. Alienação em leilão judicial eletrônico ou presencial .....	542
31.4.4.1. Atos preparatórios .....	542
31.4.4.2. A licitação .....	543
31.4.4.3. Assinatura do auto.....	544
31.4.4.4. Causas de nulidade, ineficácia ou resolução da arrematação .....	545
31.4.4.5. Forma para reconhecer a nulidade ou ineficácia da arrematação ..	545
31.4.4.6. Evicção e vício redibitório no bem arrematado .....	546
31.4.5. Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel.....	547
31.5. Fluxogramas.....	548
<b>Capítulo 32 – Suspensão e extinção da execução .....</b>	<b>551</b>
32.1. Introdução .....	551
32.2. Hipóteses de suspensão da execução .....	551
32.3. Sentença e coisa julgada na execução.....	554
32.4. Hipóteses de extinção da execução .....	555
32.5. Sistema recursal na execução.....	556
<b>Capítulo 33 – Procedimentos especiais para obrigação de pagar .....</b>	<b>557</b>
33.1. Execução em face da Fazenda Pública.....	557
33.1.1. Introdução .....	557
33.1.2. Título executivo .....	557
33.1.3. Legitimidade passiva .....	558
33.1.4. Execução provisória e definitiva em face da Fazenda Pública.....	558

33.1.5.	Cumprimento de sentença que reconheça obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública .....	559
33.1.6.	Execução por título extrajudicial que reconheça obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública .....	561
33.1.7.	Requisição do pagamento .....	562
33.1.8.	A efetivação do pagamento pela Fazenda Pública.....	564
33.1.9.	O sequestro.....	565
33.2.	Execução fiscal .....	567
33.2.1.	Introdução .....	567
33.2.2.	Legitimação ativa e passiva. Litisconsórcio.....	567
33.2.3.	Adequação da via eleita .....	568
33.2.4.	O título executivo: a certidão da dívida ativa.....	568
33.2.5.	O despacho liminar de conteúdo positivo ou negativo.....	569
33.2.6.	Citação na execução fiscal.....	571
33.2.7.	Parcelamento ou moratória legal .....	571
33.2.8.	Garantia do juízo .....	571
33.2.9.	Necessidade de garantia do juízo para oferecimento dos embargos .....	572
33.2.10.	Embargos do executado e ação anulatória.....	573
33.2.11.	Etapa expropriatória.....	575
33.2.12.	Suspensão do processo e prescrição.....	575
33.2.13.	Desistência e sucumbência .....	575
33.2.14.	Sistemática recursal.....	576
33.3.	Execução por quantia certa em face de devedor insolvente: insolvência civil.....	577
33.3.1.	Introdução .....	577
33.3.2.	Competência.....	578
33.3.3.	Legitimidade ativa e passiva.....	578
33.3.4.	Procedimento instaurado pelo devedor ou pelo espólio .....	580
33.3.5.	Procedimento instaurado pelo credor quirografário .....	580
33.3.6.	Início da execução coletiva .....	582
33.3.7.	Habilitação dos créditos.....	582
33.3.8.	Desenvolvimento e fim da execução coletiva .....	584
33.4.	Execução de obrigação de prestar alimentos.....	585
33.4.1.	Verba alimentar .....	585
33.4.2.	Competência, legitimidade ativa e passiva na execução por alimentos.....	586
33.4.3.	Procedimento comum para o cumprimento de decisão de alimentos.....	587
33.4.4.	Procedimento especial para o cumprimento de decisão de alimentos.....	589
33.4.5.	Procedimento especial para a execução de alimentos em título executivo extrajudicial .....	591
33.4.6.	Constituição de capital .....	592
33.5.	Fluxogramas .....	593

<b>Capítulo 34 – Procedimento para obrigação de fazer, não fazer ou de entrega de coisa.....</b>	<b>598</b>
34.1. Procedimento para obrigação de fazer, não fazer ou de entrega de coisa reconhecida em título executivo judicial.....	598
34.1.1. Introdução .....	598
34.1.2. Meios executivos .....	599
34.1.3. <i>As astreintes</i> .....	600
34.1.4. Procedimento para cumprimento de sentença .....	605
34.2. Procedimento para obrigação de fazer, não fazer ou de entrega de coisa reconhecida em título executivo extrajudicial.....	607
34.2.1. Execução autônoma para a entrega de coisa certa.....	607
34.2.2. Execução autônoma para a entrega de coisa incerta.....	609
34.2.3. Execução autônoma para obrigação de fazer .....	609
34.2.4. Execução autônoma para obrigação de não fazer .....	611
34.3. Fluxogramas .....	612

## PARTE V PROCESSOS NOS TRIBUNAIS E MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

<b>Capítulo 35 – Teoria geral dos precedentes judiciais e a ordem dos processos nos tribunais .....</b>	<b>617</b>
35.1. A teoria geral dos precedentes judiciais .....	617
35.2. Da ordem dos processos no tribunal.....	621
35.2.1. Distribuição ou registro.....	621
35.2.2. Atribuições do Relator: preferir decisão monocrática, convalidação dos vícios, iniciativa probatória e o pedido de vistas.....	621
35.2.3. Processamento no dia da sessão: sustentação oral, exposição dos votos e a técnica de julgamento para os casos de decisão não unânime ....	623
<b>Capítulo 36 – Teoria geral dos recursos .....</b>	<b>626</b>
36.1. Conceito e justificativa .....	626
36.2. Objetivo do recurso .....	627
36.3. <i>Error in iudicando e error in procedendo</i> .....	628
36.4. Distinção em relação à ação autônoma de impugnação .....	629
36.5. Distinção em relação aos sucedâneos recursais.....	630
36.6. Distinção em relação à remessa necessária .....	630
36.7. Decisões sujeitas e não sujeitas a recursos .....	632
36.7.1. Acórdão do Pleno do STF que nega o reconhecimento de repercussão geral em sede de REXTR.....	634
36.7.2. Sentença terminativa proferida em sede de Juizado Especial Federal.....	634
36.7.3. Decisões interlocutórias proferidas em sede de Juizado Especial Estadual ..	634
36.8. Princípios .....	635

36.8.1.	Princípio do duplo grau de jurisdição.....	636
36.8.2.	Princípio da taxatividade .....	637
36.8.3.	Princípio que veda a reforma para pior.....	638
36.8.3.1.	Sentença terminativa impugnada exclusivamente pelo demandante .....	638
36.8.3.2.	Sentença terminativa impugnada exclusivamente pelo demandado.....	639
36.8.3.3.	Sentença definitiva de procedência parcial do pedido, impugnada exclusivamente pelo demandante e a possibilidade de o Tribunal pronunciar ou não de ofício a prescrição.....	639
36.8.3.4.	Recurso interposto por uma das partes e decisão mantida pelo Tribunal, embora com modificação do fundamento (art. 1.013, § 2º).....	640
36.8.4.	Princípio da singularidade, unicidade ou unirrecorribilidade.....	641
36.8.5.	Princípio da fungibilidade .....	642
36.8.6.	Princípio da variabilidade .....	643
36.9.	Classificação dos recursos .....	643
36.9.1.	Recurso total e recurso parcial.....	644
36.9.2.	Recurso de fundamentação vinculada e de fundamentação livre .....	644
36.9.3.	Recurso ordinário e recurso extraordinário.....	644
36.9.4.	Recurso interposto na modalidade autônoma ou adesiva .....	645
36.10.	Desistência e renúncia do recurso. Aquiescência da decisão .....	647

## **Capítulo 37 – Juízo de admissibilidade e de mérito dos recursos ..... 649**

37.1.	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito.....	649
37.2.	Requisitos de admissibilidade do recurso .....	650
37.2.1.	Legitimidade .....	650
37.2.2.	Interesse em recorrer .....	651
37.2.3.	Cabimento do recurso.....	651
37.2.4.	Tempestividade .....	652
37.2.5.	Preparo .....	654
37.2.6.	Regularidade formal .....	656
37.3.	Consequências da inadmissibilidade de um recurso .....	656
37.4.	Consequências da admissibilidade de um recurso .....	657
37.4.1.	Juízo de retratação .....	657
37.4.2.	Efeitos do recurso .....	658
37.4.2.1.	Regressivo.....	658
37.4.2.2.	Devolutivo.....	659
37.4.2.2.1.	Devolutivo na extensão e na profundidade .....	659
37.4.2.2.2.	Art. 1.013, § 1º.....	660
37.4.2.2.3.	Art. 1.013, § 2º .....	661

37.4.2.2.4. Art. 1.013, § 3º – Teoria da causa madura .....	662
37.4.2.3. Translativo.....	664
37.4.2.4. Suspensivo e ativo .....	664
37.4.2.5. Expansivo subjetivo.....	666
37.4.2.6. Expansivo objetivo.....	667
37.4.2.7. Infringentes ou modificativos.....	668
37.4.2.8. Substitutivo.....	669
37.4.2.9. Obstativo.....	669
<b>Capítulo 38 – Recursos em espécie .....</b>	<b>670</b>
38.1. As espécies recursais .....	670
38.2. Recurso de apelação.....	670
38.2.1. Introdução .....	670
38.2.2. Casos em que uma sentença não comporta recurso de apelação.....	670
38.2.2.1. Sentença proferida em sede de Juizado Especial – recurso inominado .....	671
38.2.2.2. Sentença que decreta a falência – agravo de instrumento.....	671
38.2.2.3. Sentença de primeira instância em processo que envolve Estado Estrangeiro ou Organismo Internacional _ recurso ordinário .....	671
38.2.2.4. Sentença proferida em execução fiscal de alçada – embargos infringentes .....	672
38.2.3. Casos em que o recurso de apelação impugna ato decisório que não é sentença .....	672
38.2.4. Efeitos do recurso de apelação .....	674
38.2.5. Processamento da apelação em primeira instância .....	674
38.2.6. Processamento da apelação em segunda instância .....	677
38.3. Agravo de instrumento .....	679
38.4. Agravo interno.....	686
38.5. Embargos de declaração.....	689
38.5.1. Hipóteses de cabimento.....	689
38.5.2. Processamento .....	691
38.6. Recurso ordinário.....	694
38.6.1. Hipóteses de cabimento.....	694
38.6.2. Processamento .....	696
38.7. Recurso extraordinário e recurso especial .....	696
38.7.1. Hipóteses de cabimento para o recurso extraordinário.....	698
38.7.2. Hipóteses de cabimento para o recurso especial .....	699
38.7.3. Requisitos de admissibilidade comuns.....	699
38.7.3.1. Exaurimento ou esgotamento das vias recursais.....	700
38.7.3.2. Tempestividade .....	700
38.7.3.3. Prequestionamento.....	701

38.7.4. Requisitos de admissibilidade específicos.....	703
38.7.4.1. Repercussão geral.....	703
38.7.4.2. Violação frontal e direta ao texto constitucional.....	705
38.7.4.3. Comprovação da divergência.....	707
38.7.5. Procedimento.....	708
38.7.5.1. Interposição e não recebimento .....	708
38.7.5.2. Interposição e recebimento. Recursos não repetitivos. Efeitos .....	709
38.7.5.3. Interposição e recebimento. Recursos repetitivos.....	711
38.7.5.4. Extinção do recurso especial e do recurso extraordinário retidos (art. 542, § 3º, CPC-73).....	714
38.8. Agravo ao Tribunal Superior (agravo nos próprios autos) .....	715
38.9. Embargos de divergência.....	716
38.10. Fluxogramas.....	718

## **Capítulo 39 – Ações autônomas de impugnação nos tribunais..... 726**

39.1. Ações autônomas de impugnação nos tribunais .....	726
39.2. Ação rescisória .....	726
39.2.1. Introdução .....	726
39.2.2. Vício da rescindibilidade e decisões judiciais que podem ser rescindidas ....	727
39.2.3. Competência.....	729
39.2.4. Prazo para ajuizamento.....	731
39.2.4.1. Prazo para o ajuizamento da ação rescisória quando o recurso anterior não tiver sido conhecido .....	731
39.2.4.2. Prazo para o ajuizamento da ação rescisória quando se tratar de decisão objetivamente complexa (mais de um capítulo), sem que todos sejam impugnados .....	733
39.2.4.3. Prazo para o ajuizamento da ação rescisória fundada em simulação ou colusão das partes (art. 966, inc. III).....	735
39.2.4.4. Prazo para o ajuizamento da ação rescisória fundada em prova nova (art. 966, inc. VII) .....	735
39.2.4.5. Prazo para o ajuizamento da ação rescisória fundada em violação à norma jurídica (art. 966, inc. V), após o STF declarar a inconstitucionalidade da lei em que tiver se baseado a decisão de mérito, com efeito retroativo.....	736
39.2.5. Legitimidade para o ajuizamento da ação rescisória.....	737
39.2.6. Hipóteses que autorizam o ajuizamento da ação rescisória (rescindibilidades).....	739
39.2.6.1. Juiz peitado (art. 966, inc. I) .....	739
39.2.6.2. Incompetência absoluta do juízo e magistrado impedido (art. 966, inc. II) .....	740
39.2.6.3. Colusão, simulação, coação ou dolo da parte vencedora (art. 966, inc. III) .....	741
39.2.6.4. Ofensa à coisa julgada (art. 966, inc. IV) .....	742

39.2.6.5.	Violação manifesta à norma jurídica (art. 966, inc. V).....	743
39.2.6.6.	Decisão proferida com base em prova falsa (art. 966, inc. VI).....	744
39.2.6.7.	Juntada de prova nova (art. 966, inc. VII) .....	745
39.2.6.8.	Decisão proferida com erro de fato (art. 966, inc. VIII) .....	745
39.2.6.9.	Outras rescindibilidades (art. 658).....	746
39.2.7.	Procedimento para a ação rescisória .....	747
39.2.7.1.	Petição inicial e caução .....	747
39.2.7.2.	Despacho liminar de conteúdo negativo .....	748
39.2.7.3.	Despacho liminar de conteúdo positivo .....	748
39.2.7.4.	Efeito suspensivo e a concessão de tutela provisória.....	748
39.2.7.5.	Defesa do demandado .....	749
39.2.7.6.	Instrução processual e etapa superveniente .....	750
39.2.7.7.	Decisão e recursos.....	750
39.2.8.	Distinção entre a ação rescisória, a ação anulatória e a <i>querella nullitatis</i> ..	751
39.3.	Reclamação .....	752
39.4.	Fluxograma.....	755

## **Capítulo 40 – Incidentes nos tribunais ..... 756**

40.1.	Incidentes nos Tribunais – breve explanação .....	756
40.2.	Incidente de assunção da competência .....	756
40.3.	Incidente de arguição de inconstitucionalidade.....	758
40.4.	Do incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR).....	761
40.5.	Incidente de suspensão da segurança ou da tutela provisória de urgência.....	763
40.5.1.	Introdução .....	763
40.5.2.	Legitimidade para o requerimento.....	764
40.5.3.	Competência para a decisão.....	765
40.5.4.	Procedimento.....	765
40.5.5.	Reclamação, agravo de instrumento e SS simultâneos .....	767
40.5.6.	Reclamação, apelação e SS simultâneos.....	768
40.6.	Fluxograma.....	769

## **PARTE VI – AS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS DO CPC, O MICROSSISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS E A TEORIA GERAL DO PROCESSO COLETIVO**

### **Capítulo 41 – As disposições finais e transitórias do CPC..... 773**

41.1.	Introdução .....	773
41.2.	Art. 1.045.....	773
41.3.	Art. 1.046.....	773
41.4.	Art. 1.047.....	774
41.5.	Art. 1.048.....	774
41.6.	Art. 1.049.....	775
41.7.	Art. 1.050.....	775



41.8. Art. 1.051 .....	776
41.9. Art. 1.052 .....	776
41.10. Art. 1.053 .....	776
41.11. Art. 1.054 .....	777
41.12. Art. 1.055 (vetado) .....	777
41.13. Art. 1.056 .....	778
41.14. Art. 1.057 .....	778
41.15. Art. 1.058 .....	778
41.16. Art. 1.059 .....	779
41.17. Art. 1.060 .....	779
41.18. Art. 1.061 .....	779
41.19. Art. 1.062 .....	780
41.20. Art. 1.063 .....	780
41.21. Art. 1.064 .....	780
41.22. Art. 1.065 .....	781
41.23. Art. 1.066 .....	781
41.24. Art. 1.067 .....	781
41.25. Art. 1.068 .....	782
41.26. Art. 1.069 .....	782
41.27. Art. 1.070 .....	783
41.28. Art. 1.071 .....	783
41.29. Art. 1.072 .....	785
<b>Capítulo 42 – O microsistema dos juizados especiais .....</b>	<b>788</b>
42.1. Introdução .....	788
42.2. Procedimento sumaríssimo .....	788
42.3. Critérios adotados nos juizados especiais .....	789
42.4. Competência nos juizados especiais .....	789
42.4.1. Opção entre o Juízo Cível Estadual e o Juizado Especial Estadual .....	791
42.4.2. Opção entre o Juízo Cível Federal e o Juizado Especial Federal, bem como entre o Juízo Fazendário Estadual e o Juizado Especial Fazendário Estadual .....	791
42.4.3. Conflito de competência entre Juízo Cível e Juizado Especial .....	791
42.5. Legitimação ativa e capacidade postulatória .....	792
42.6. Legitimação passiva .....	793
42.7. Intervenção de terceiros e participação do Ministério Público .....	793
42.8. Petição inicial e procedimento padrão .....	794
42.9. Indeferimento da petição inicial ou a improcedência liminar .....	795
42.10. Tutela provisória de urgência .....	796
42.11. Citação .....	798
42.12. Atos processuais .....	798
42.13. Audiência de conciliação .....	799

42.14. Resposta do réu.....	800
42.15. Inversão do ônus da prova .....	800
42.16. Audiência de instrução e julgamento .....	800
42.17. A sentença.....	801
42.18. Recursos, ações autônomas de impugnação e incidentes.....	803
42.18.1.Embargos de declaração.....	803
42.18.2.Recurso inominado, agravo interno, recurso extraordinário e agravo aos tribunais superiores.....	803
42.18.3.Mandado de segurança, ação rescisória e reclamação .....	805
42.18.4.Pedido de uniformização de interpretação de lei federal.....	806
42.19. A execução por quantia certa nos Juizados Especiais.....	806
42.19.1.Execução por quantia certa no Juizado Especial Estadual .....	807
42.19.2.Execução por quantia certa no Juizado Especial Federal e Fazendário .....	808
42.19.3.Execução de obrigação de fazer, não fazer ou de entrega de coisa nos Juizados Especiais.....	809
<b>Capítulo 43 – Teoria geral do processo coletivo .....</b>	<b>811</b>
43.1. Introdução .....	811
43.2. Princípios reitores do processo coletivo .....	813
43.3. Competência.....	813
43.4. Legitimidade ativa .....	814
43.5. Legitimação passiva: possibilidade de ação coletiva passiva .....	817
43.6. Os procedimentos coletivos .....	817
43.7. Litispendência entre processos coletivos .....	818
43.8. Litispendência entre processos coletivo e individual.....	819
43.9. Processamento: concessão de tutelas PROVISÓRIAS de urgência, meios executivos e o uso do processo coletivo para instaurar um controle difuso de constitucionalidade .....	820
43.10. A sentença no processo coletivo.....	821
43.11. Liquidação da sentença coletiva e fixação dos juros moratórios .....	822
43.12. A coisa julgada no processo coletivo.....	822
43.12.1.Coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i> .....	823
43.12.2.Coisa julgada <i>secundum eventum litis</i> ou <i>in utilibus</i> .....	824
43.12.3.Os limites subjetivos da coisa julgada nas demandas coletivas.....	825
43.13. Execução da sentença coletiva .....	826
<b>Bibliografia .....</b>	<b>828</b>